

PROCESSO N° TST-Ag-AIRR-20755-15.2017.5.04.0551

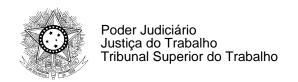
A C Ó R D Ã O (4ª Turma)
IGM/bz

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DO ÓBICE DO DESPACHO AGRAVADO - SÚMULA 422, I, DO TST - NÃO CONHECIMENTO - RECURSO INFUNDADO - APLICAÇÃO DE MULTA.

- 1. O recurso de revista teve seu seguimento denegado em face da deserção, com fulcro nos arts. 3°, III, e 6°, II, do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT n° 1/19, entendimento mantido na decisão que examinou o agravo de instrumento.
- 2. No presente agravo, a Reclamada insiste na admissibilidade da revista porque demonstrada a transcendência política e a divergência jurisprudencial nos temas referentes às horas extras, ao dano moral e ao dano existencial, silenciando, no entanto, acerca da deserção daquele recurso.
- 3. Assim, não tendo sido combatido o fundamento que embasou a decisão agravada, olvidando-se o princípio da dialeticidade recursal, resta evidente a desfundamentação do apelo, razão pela qual não alcança conhecimento, nos moldes dos arts. 1.010, II e III, e 1.021, § 1°, do CPC e da Súmula 422, I, do TST.

Agravo não conhecido, por desfundamentado, com aplicação de multa.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº TST-Ag-AIRR-20755-15.2017.5.04.0551, em que é Agravante JBS AVES LTDA. e Agravado RODINEI AUGUSTO RABELO.



PROCESSO N° TST-Ag-AIRR-20755-15.2017.5.04.0551

## RELATÓRIO

Contra o despacho deste Relator que denegou seguimento ao seu agravo de instrumento porque inobservadas, no recurso de revista, as exigências dos arts. 3°, III, e 6°, II, do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT n° 1/19, bem como o disposto no art. 1.016, III, do CPC, relativamente ao princípio da independência dos recursos, agrava para a Turma a Reclamada, insistindo na admissibilidade de seu recurso de revista em face da demonstração da transcendência política.

Contraminuta apresentada às fls. 539-546. É o relatório.

## VOTO

## CONHECIMENTO

O recurso de revista teve seu seguimento denegado em face da deserção, com fulcro nos arts. 3°, III, e 6°, II, do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT n° 1/19, entendimento mantido na decisão que examinou o agravo de instrumento.

No presente agravo, a Reclamada insiste na admissibilidade da revista porque demonstrada a transcendência política e a divergência jurisprudencial nos temas referentes às horas extras, ao dano moral e ao dano existencial, silenciando acerca da deserção do recurso de revista, fundamento jurídico principal que motivou a denegação de seguimento do agravo de instrumento.

Conclui-se, assim, pelo seu **descompasso** com as **razões do indeferimento do agravo de instrumento**, o que demonstra a inadequação do remédio processual.

Dessa forma, não há como conhecer do recurso, à luz da disposição contida no art. 1.010, II e III, do CPC, segundo a qual é ônus do recorrente a indicação das razões de fato e de direito com que impugna a decisão atacada, nos precisos termos em que fora proposta, para contrapor os fundamentos nela adotados, em observância ao princípio da dialeticidade recursal.

Ademais, o art. 1.021, § 1°, do CPC dispõe que é ônus Firmado por assinatura digital em 09/06/2021 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, não conhecer do agravo, aplicando à Agravante, nos termos do art. 1.021, § 4°, do CPC, multa de 2% sobre o valor da causa, no importe de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), em face do caráter manifestamente infundado do apelo, a ser revertida em favor do Agravado.

> IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO Ministro Relator